

PAULO FREIRE

Da filosofia política à recontextualização no tempo atual

Luiza Cortesão* & Eunice Macedo*

Em julho de 2018, o Instituto Paulo Freire de Portugal e o Centro de Recursos Paulo Freire, de parceria com o Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, organizaram um congresso internacional a que deram o nome “50 anos depois da Pedagogia do Oprimido” com o objetivo de celebrar os 50 anos passados sobre a data em que Paulo Freire, já no exílio, terminou a escrita da sua mais famosa e fundadora obra. Tratou-se de um congresso que foi, todo ele, concebido e organizado com a preocupação de que fosse digno da efeméride que se pretendia celebrar. Procurou-se, assim, associar a grande qualidade das conferências, das comunicações aceites e das diferentes atividades desenvolvidas com as intenções que sempre nortearam toda a obra de Freire.

Como tem já sido defendido, uma das características que poderá ser apontada como sendo marcante da obra deste autor reside no facto de nela se combinarem, transgressivamente, a indiscutível qualidade teórica com corajosas análises com que, frequentemente, ele rompe com normas e barreiras estabelecidas e tradicionalmente respeitadas nos trabalhos académicos. De facto, no seu trabalho, ele foi conseguindo estabelecer pontes, não só entre campos disciplinares diferentes, mas até entre universos epistemologicamente distantes, como é o caso, por exemplo, do recurso bem evidente a contributos de Marx na sua obra de católico convicto. Pode ainda ver-se como contributos do campo da política, da filosofia, da educação, da socio-anthropologia e até da poesia se hibridam constantemente na sua obra, contribuindo para que, com esta visão, que quase se poderia descrever como sendo caleidoscópica, se tenha a possibilidade de aceder a uma compreensão mais abrangente e mais profunda de complexos e graves problemas sociais que ele sempre se propôs enfrentar.

* CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Foi, realmente, com a preocupação de conseguir a maior coerência e articulação possível com características como estas da obra de Freire que se planeou e organizou o congresso. Procurámos, então, que se articulasse uma indiscutível qualidade científica com outras características que, essas, já menos frequentemente se encontram em congressos, e com as quais tentamos ir ao encontro da originalidade e mesmo de algumas transgressões frequentes na obra de Freire: procurando que estivesse sempre presente o caráter político de todas as opções a tomar no campo educativo, ao planejar este evento, valorizou-se a diversidade, procurou-se que, nas temáticas a abordar, estivessem representadas diferentes culturas, que também a teoria estivesse a par da intervenção, e que se conseguisse, durante o congresso, um ambiente de franco debate, de comunicação e até de afeto.

Conseguiu-se e anunciou-se, também, que uma seleção das comunicações apresentadas seria publicada num volume da revista *Educação Sociedade & Culturas* (ESC). Terminado o congresso, porém, o número e qualidade dos textos que nos foram enviados foi tanto, que acabou por constituir um (bom) problema: é que, ao organizar os trabalhos recebidos, confrontámo-nos com uma qualidade e quantidade de textos que era impensável poderem ser publicados num único número da revista. A solução encontrada, então, foi a de, com alguns desses textos, organizar um segundo número da ESC em que se procuraria manter a coerência com os princípios que presidiram quer à organização do congresso, quer ao anterior número da revista.

Pode, assim, verificar-se que este número da ESC é constituído por um conjunto articulado de trabalhos, alguns deles com um caráter mais ensaístico, que se inspiram e dão visibilidade à recontextualização da filosofia política freiriana, no tempo atual e em diversos campos, desde a Política à Filosofia e à Educação, como facetas cruzadas de uma realidade que se pretende mais humana e mais justa. Procurámos uma organização sensível dos textos que nos permita, de algum modo, viajar numa história de como a *práxis* de Freire é reinventada, nos nossos dias e no contexto luso-brasileiro, permitindo repensar o papel da educação, da investigação e da profissionalidade.

A conceção de educação é aqui tomada no seu sentido mais amplo. Não excluindo o espaço escolar, incorpora também a educação de pessoas adultas, instituições de acolhimento, espaços informais e o contexto universitário, ao qual é dada particular atenção neste número.

Damos início com o artigo de Afonso Celso Scocuglia, intitulado “Pedagogia do oprimido: Um ícone aos 50 anos”, obra que enraíza esta proposta de leitura. O autor situa a *Pedagogia do Oprimido* numa trilogia entre a tese académica de Freire *Educação e Atualidade Brasileira: A Educação Como Prática da Liberdade* e obras posteriores, como *Ação Cultural Para a Liberdade e Outros Escritos*; e como obra que, de certa forma, Freire reescreve em publicações posteriores, (re)fazendo as suas próprias conceções num “permanente movimento de reconstrução epistemológica marcado pelas circunstâncias históricas das suas práticas político-pedagógicas”, processo em que o próprio Freire se reinventa, em torno da *Pedagogia do Oprimido*

como eixo fundador da sua obra. É a partir deste olhar que vos propomos o roteiro de leitura dos artigos neste número.

Cristiano Garboggini Di Giorgi, Andréia Nunes Militão e Tatiana Assis Pontes, no texto “Política e educação na ‘pedagogia do oprimido’ de Paulo Freire”, situam-se no marco da celebração dos 50 anos da publicação da obra para nos trazerem aquilo que designam por duas dimensões da leitura da realidade. Retomando um debate que já não é novo, mas que mantém atualidade, os/as autores/as questionam o impacto político e educativo da *Pedagogia do Oprimido* como obra fundadora, cujos princípios o autor vem a desenvolver em torno da prática política, noutros textos. Os/as autores/as argumentam que é conceção “radicalmente humanizadora” de mundo e de ser humano deste autor, que alimenta a sua influência como guião para a transformação do mundo no tempo atual, num cruzamento entre educacional e político. Para sustentar o argumento, os/as autores/as começam por refletir acerca do período histórico da emergência dos movimentos sociais no Brasil, entre meados da década de 1970 e inícios da década de 1980 para, em seguida, estabelecerem articulações entre *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia* e *A Educação na Cidade*, em que as suas formulações se detalham para a prática pedagógica.

É a conceção de mundo e de pessoa, em Freire, e o seu lugar como princípios basilares de resistência num mundo em que se instala a desumanização, que Lucas Portilho Nicoletti e Cesar Aparecido Nunes nos apresentam no artigo seguinte, que nos remete para a atualidade do seu pensamento. Este explora um conjunto de fragmentos identificados em sete obras de Freire e analisados no quadro de uma conceção “crítico-dialética”. O texto, que apropria a linguagem de Freire, desenvolve três grandes argumentos: acentua o lugar da ética como pilar da construção da relação Pessoa-Mundo numa perspetiva questionadora e transformadora; reconhece o caráter de ser histórico e social do ser humano como produtor de cultura e que combina reflexão e ação, pela *práxis*; defende o direito à justa raiva como impulso para a problematização da vida, numa relação entre pensar certo e a dimensão ética-estética da construção do conhecimento.

E como se formula hoje a construção desse conhecimento? O texto de Luciana Fátima Narcizo e Ivo Dickmann, sob o título “Paulo Freire e o movimento neoconservador escola sem partido” propõe uma análise crítica desse movimento inconstitucional, preocupando-se com a *desideologização* e despolitização da pedagogia que, como refere, criminaliza. É o direito a “pensar certo” e a uma *práxis* pedagógica crítica que aqui se reclama, num enquadramento concetual freiriano que se contrapõe aberta e criticamente à proposta desumanizadora desse movimento.

Reconhecendo o caráter político da educação e da investigação, Rosanna Barros imerge nas memórias do seu percurso como investigadora em educação e nas aprendizagens que emergiram, ao longo de duas décadas, para nos desafiar a “Resgatar a meta-reflexão freiriana em cinco atos”, como apresenta no seu título. Anuncia o caminho de “construção de novos instrumentos

teórico-conceituais”, discutindo dilemas que se apresentam a quem educa e investiga nos dias de hoje. No quadro de uma sociologia crítica das ciências sociais e da educação, como designa a autora, dá-se centralidade à educação social e permanente de adultos como campo da sua intervenção praxiológica e desvela-se o “mandato político global” que o informa. Reivindica-se maior autonomia teórica dessa formação, no quadro de uma perspectiva ecológica de radicalização, e argumenta-se em favor de uma “investigação crítica interdisciplinar” que dê corpo, de forma global, à intervenção educacional nos nossos dias, com ação nos sintomas dos problemas e uma (re)humanização da vida humana como – parte do – ecossistema.

Partindo também de uma visão da educação como ato político, ético e de liberdade, Joana Carvalho conduz-nos a refletir sobre “Justiça social e educação”, trazendo à colação “a pertinência da pedagogia crítica de Paulo Freire”, como anuncia, respetivamente, no título e subtítulo do seu artigo. Acentuando a pertinência e atualidade da pedagogia crítica freiriana, a autora lança um olhar a “desafios que as desigualdades sociais do mundo moderno nos colocam”. Foca a atenção em conceitos cruciais da proposta de Freire para nos lembrar a urgência e importância do compromisso social com a justiça e a democracia e o papel da educação nesse processo.

No artigo “O sucesso educativo de crianças em acolhimento residencial, um inédito viável?”, uma parceria com Ariana Cosme, Daniela Ferreira parte de um conhecimento profundo de uma realidade, a partir da experiência, para centrar a análise de trajetórias educativas de crianças e jovens em acolhimento residencial, vistos como “um dos públicos mais afetados pelo insucesso escolar”, evidenciando a sua exclusão escolar, que inclui as dificuldades de conclusão da escolaridade obrigatória. A autora enfatiza como as suas condições de vida, com retirada da família e inserção em medidas de proteção, requerem da docência práticas pedagógicas e ações diferenciadas que criem lugar à transformação destas crianças e jovens em “inéditos viáveis” pela escuta das suas diferenças culturais, socioeconómicas e afetivas. Pelas circunstâncias de vida destes sujeitos, a superação poderá, em si, constituir um inédito viável.

Numa linha problematizadora, Valdice Barbosa de Queiroz, Teresa Medina e José Alberto Correia dão início a um bloco de artigos unidos pelo foco no mundo universitário, em que as preocupações e princípios político filosóficos da educação de Freire são recontextualizados. Explorando “implicações dialógicas” da “Extensão universitária e desenvolvimento local”, como anunciam, respetivamente, no subtítulo e título do seu artigo, as autoras e o autor trazem à colação a problemática da extensão universitária como “política pública de educação interventiva” dirigida à transformação social. Tomando os princípios freirianos de diálogo e desenvolvimento local, analisam as suas implicações em contexto. Para sustentar o argumento, focam a elaboração de projetos de extensão universitária numa zona do Brasil, evidenciando tanto a tensão na prática docente como a falta de diálogo com as comunidades locais como obstáculo à prossecução dos objetivos de comunicação e transformação entre a universidade e a sociedade local.

Já Edith Ferreira, Jacques Therrien e Maria Braga focam o seu artigo na identificação de “Traços da pedagogia freiriana na docência universitária” num “estágio de docência como atividade fomentadora da práxis pedagógica”. O estágio de docência é visto como formação permanente, em que se identifica dialogicidade, reflexividade crítica, atitude investigativa e autoria criativa, mas também informada por um conjunto de tensões. Tirando partido da participação numa unidade curricular de um curso de pedagogia, numa universidade pública, e assentando nos pressupostos frutíferos da pedagogia humanizadora de Freire, desvela-se a “naturalidade” – diríamos naturalização – dos processos, a instrumentalização técnica e a lógica de reprodução para argumentar em favor de um ideário de “autoria criadora” que (re)politiza a educação, permitindo (re)significar a relação de ensino como “disciplina intelectual entre educador/a e educando/a” assente no ato de conhecer.

Por último, o artigo “Mulheres na universidade: Ações afirmativas e justiça cognitiva”, de autoria de Jacira da Silva Barbosa e Sónia Rocha Sampaio, dá conta de resultados da implementação dessas políticas numa universidade brasileira, tirando partido do conceito de justiça cognitiva. Dado que essas políticas têm endereçado dimensões étnico-raciais, socioeconómicas e de origem escolar, o artigo analisa o seu contributo para a democratização do ensino superior no que concerne às mulheres. Partindo da análise da experiência de estudantes universitárias negras e pobres, as autoras focam-se nas suas vozes, normalmente silenciadas, para acentuar a prevalência de estereótipos, preconceitos e discriminações, a par da necessidade de inclusão e maior reconhecimento da diversidade e dos saberes femininos, entre outros aspetos da vivência universitária.

Desejamos-vos boas leituras, percorrendo estas reinvenções de Freire.

